



1 Às nove horas do dia trinta e um de março de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de
2 Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da
3 Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros,
4 **MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES E SÉRGIO LEÃO**; e o
5 Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Resolução Administrativa nº 07/2017
6 de 09.02.2017; ausências justificadas dos Conselheiros **ALOISIO CHAVES e JOSÉ CARLOS**
7 **ARAUJO**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do
8 Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas
9 dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do
10 Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que
11 assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos*
12 *neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência,
13 apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos:
14 **Processo nº 600012009-00; Prefeitura Municipal de Prainha; Prestação de Contas -**
15 **2009 Contas Anuais De Governo; Responsável: Sérgio da Graça Amaral Pingarilho; Instrução:**
16 **4º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro**
17 **Antônio José; (Pedido de Vista na Sessão 04.08.2015 do Conselheiro Cezar Colares); Publicado**
18 **no DOE nº 33.342, de 28.03.2017.** Cumprindo o dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar
19 Colares proferiu o seu VOTO de VISTA: "*Trata o presente processo da prestação de contas anuais de*
20 *governo da Prefeitura Municipal de Prainha, exercício de 2009, de responsabilidade de Sérgio da Graça*
21 *Aamaral Pingarilho. O Excelentíssimo Conselheiro Antonio José Guimarães, designado como relator, em*
22 *bem fundamentada proposição de voto apresentada na sessão plenária do dia 04/08/2015, posicionou-se*
23 *pela iliquidez e trancamento das contas, com fulcro no art. 216§§ 1º e 2º, do RI/TCM I da LC nº 25/94.*
24 *Nesta ocasião, solicitei vistas dos autos. Pelo exposto, nestes termos, manifesto-me com o mesmo*
25 *entendimento do Excelentíssimo Conselheiro Relator Antonio José Guimarães.*" **Em votação:** na Sessão
26 do dia 04.08.2015, a Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro Sérgio Leão e os Conselheiros
27 Substitutos Alexandre Cunha, Adriana Oliveira e Sérgio Dantas, decidiram por aguardar a
28 manifestação do Voto de Vista. Ausências justificadas dos Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel
29 Lavareda e José Carlos Araújo, naquela Sessão. Na presente Sessão, após o Voto Vista, os
30 Conselheiro Daniel Lavareda considerou-se apto a votar no que acompanhou o Relator na íntegra,
31 o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o Relator, na
32 íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela iliquidez
33 e trancamento das contas (Resolução nº 13.012). Ausência, por ocasião da votação, da
34 Conselheira Mara Lúcia. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 600012009-**
35 **00; Prefeitura Municipal de Prainha; Prestação de Contas – 2009; Contas Anuais De**
36 **Gestão; Responsável: Sérgio da Graça Amaral Pingarilho; Instrução: 4º Controladoria; Ministério**
37 **Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José (Pedido de Vista na**
38 **Sessão 04.08.15 do Conselheiro Cezar Colares); Publicado no DOE nº 33.342, de**
39 **28.03.2017.** Cumprindo o dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu o seu
40 VOTO de VISTA: "*Trata o presente processo da prestação de contas anuais de gestão da Prefeitura*



41 *Municipal de Prainha, exercício de 2009, de responsabilidade de Sérgio da Graça Aamaral Pingarilho. O*
42 *Excelentíssimo Conselheiro Antonio José Guimarães, designado como relator, em bem fundamentada*
43 *proposição de voto apresentada na sessão plenária do dia 04/08/2015, posicionou-se pela iliquidez e*
44 *trancamento das contas, com fulcro no art. 216§§ 1º e 2º, do RI/TCM I da LC nº 25/94. Nesta ocasião,*
45 *solicitei vistas dos autos. Pelo exposto, nestes termos, manifesto-me com o mesmo entendimento do*
46 *Excelentíssimo Conselheiro Relator Antonio José Guimarães.” Em votação:* na Sessão do dia
47 04.08.2015, a Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro Sergio Leão e os Conselheiros Substitutos
48 Alexandre Cunha, Adriana Oliveira e Sérgio Dantas, decidiram por aguardar a manifestação do
49 Voto de Vista. Ausências justificadas dos Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda e José
50 Carlos Araújo, naquela Sessão. Na presente Sessão, após o Voto Vista, os Conselheiro Daniel
51 Lavareda considerou-se apto a votar no que acompanhou o Relator na íntegra, o Conselheiro
52 Sérgio Leão e o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o Relator, na íntegra. A
53 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela iliquidez e
54 trancamento das contas (Acórdão nº 30.321). Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira
55 Mara Lúcia. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 420012007-00;**
56 **Prefeitura Municipal de Marabá; Prestação de Contas – 2007; Contas Anuais;**
57 **Responsável:** Sebastião Miranda Filho; **Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público;**
58 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº**
59 **33.342, de 28.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
60 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das
61 contas, com ressalvas, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão.** O
62 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
63 **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas com
64 ressalvas, e aplicação de multas (Resolução nº 13.013). Ausência, por ocasião da votação, da
65 Conselheira Mara Lúcia. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
66 **1370012012-00; Prefeitura Municipal de Marituba; Prestação de Contas – 2012;**
67 **Contas Anuais de Governo; Responsável:** Jesus Bertoldo Rodrigues do Couto (01/01 a 11/12)
68 **e Francisco Raimundo Mendes de Souza (12 a 31/12); Instrução: 4ª Controladoria; Ministério**
69 **Público; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;**
70 **Publicado no DOE nº 33.342, de 28.03.2017.** Retirado de pauta. **Processo nº**
71 **1370012012-00; Prefeitura Municipal de Marituba; Prestação de Contas – 2012;**
72 **Contas Anuais de Gestão; Responsável:** Jesus Bertoldo Rodrigues do Couto (01/01 a 11/12) e
73 **Francisco Raimundo Mendes de Souza (12 a 31/12); Instrução: 4ª Controladoria; Ministério**
74 **Público; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;**
75 **Publicado no DOE nº 33.342, de 28.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
76 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, e
77 o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual de ambos os Ordenadores. A
78 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência
79 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com
80 recolhimento, aplicação de multas, determinar a indisponibilidade dos bens do Ordenador nos



81 termos do inciso I, do Art. 145 do RI/TCM-PA, e encaminhamento de cópia dos autos ao
82 Ministério Público Estadual de ambos os Ordenadores (Acórdão nº 30.322). Presidência do
83 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 162822013-00; Fundo Municipal de Assistência**
84 **Social de Bonito; Prestação de Contas – 2013; Contas Anuais De Gestão**; Responsável:
85 Silvio Mauro Rodrigues Mota; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria
86 Inez Gueiros; Relator: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 33.342, de 28.03.2017.
87 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
88 manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A
89 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
90 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e
91 o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.324).
92 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. Presidência do Conselheiro
93 Daniel Lavareda. **Processo nº 162842013-00; Fundo Municipal de Saúde de Bonito;**
94 **Prestação de Contas – 2013; Contas Anuais de Gestão**; Responsável: Patricia Souza de
95 Moura; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:
96 Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 33.342, de 28.03.2017. Cumprindo dispositivo
97 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
98 irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu
99 seu **VOTO**. **Em votação**: Os Conselheiros Cezar Colares, Antonio José Guimarães, Sérgio Leão e
100 Conselheiro Substituto Sérgio Dantas acompanharam a Relatora na íntegra. O Conselheiro Daniel
101 Lavareda acompanhou o Voto da Conselheira Relatora, sugerindo adendo quanto a determinação
102 de indisponibilidade dos bens do Ordenador, nos termos do inciso I, do Art. 145 do RI/TCM-PA. A
103 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das
104 contas com recolhimento, aplicação de multas, encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
105 Público Estadual (Acórdão nº 30.235). Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda quanto a
106 determinação de indisponibilidade dos bens do Ordenador. Presidência do Conselheiro Daniel
107 Lavareda. **Processo nº 163992013-00; Fundo Municipal de Educação da FUNDEB de**
108 **Bonito; Prestação de Contas – 2013; Contas Anuais de Gestão**; Responsável: Silvio Mauro
109 Rodrigues Mota; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina
110 Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 33.342, de 28.03.2017.
111 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
112 manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao
113 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu
114 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
115 irregularidade das contas, e aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao
116 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.326). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
117 **Processo nº 714572010-00; Secretaria Municipal de Assistência Social de Santarém;**
118 **Prestação de Contas – 2010; Contas Anuais de Gestão**; Responsável: Ana Elvira De
119 Mendonça Alho Texeira; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina



120 Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.342, de 28.03.2017.**
121 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
122 manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira
123 Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
124 decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.327).
125 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 714782010-00; Secretaria**
126 **Municipal de Turismo e Integração Regional de Santarém; Prestação de Contas –**
127 **2010; Contas Anuais de Gestão**; Responsável: Arnoudo Cunha De Andrade (01/01 a 31/01) e
128 Arildo Nogueira Carvalho (01/02 a 31/12); Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público:
129 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº**
130 **33.342, de 28.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
131 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada
132 **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**:
133 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, de ambos os
134 Ordenadores; e aplicação de multas ao Sr. Arildo Nogueira Carvalho (Acórdão nº 30.328).
135 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 652022014-00; Fundo Municipal**
136 **De Saúde de Salinópolis; Prestação de Contas – 2014; Contas Anuais De Gestão**;
137 Responsável: Antônio José Barbosa Amâncio E Sra. Patrícia Nahum Benoliel Gomes; Instrução 2ª
138 Controladoria; Ministério Público; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar
139 Colares; Advogado/Contad: José Maria Moreira Campos; **Publicado no DOE nº 33.342, de**
140 **28.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
141 dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas de responsabilidade do Senhor Antônio
142 José Barbosa, e pela regularidade das contas de responsabilidade da Senhora Patrícia Nahum
143 Benoliel Gomes. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
144 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
145 regularidade das contas, e emissão do Alvará de Quitação de ambos os Ordenadores (Acórdão nº
146 30.329). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201602422-00;**
147 **SME/FUNDEB de São Félix do Xingu; Recurso - 2009 Ordinário Contra a Decisão**
148 **Objeto do Acórdão 28.083/2015**; Recorrente: Viviane Martins Silva Da Cunha; Instrução: 4ª
149 Controladoria; Ministério Público; Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:
150 Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogado/Contador: Gleydson do Nascimento Guimarães -
151 OAB 14.027 OAB/PA; **Publicado no DOE nº 33.342, de 28.03.2017.** Retirado de Pauta.
152 **Processo nº 201607844-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Salvaterra;**
153 **Recurso - 2008 Ordinário Contra a Decisão Objeto do Acórdão Nº 28.840**; Recorrente:
154 Cirlene Oliveira Araujo; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público; Procuradora Geral
155 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogado/Contad: Elvis
156 Ribeiro da Silva - OAB/PA nº 12.114; **Publicado no DOE nº 33.342, de 28.03.2017.**
157 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
158 manifestou-se pela pela improcedência de preliminar de nulidade apresentada nos autos, e pelo



159 conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O
160 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
161 **unanimidade**, decidiu pela improcedência de preliminar de nulidade apresentada nos autos, e
162 pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a manutenção da decisão recorrida
163 (Acórdão nº 30.330). **Processo nº 773612012-00; Fundo Municipal de Saúde de São**
164 **Francisco do Pará; Prestação de Contas – 2012; Contas Anuais de Gestão**; Responsável:
165 Francisco Celso Leite Da Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria
166 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.342, de**
167 **28.03.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
168 dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**.
169 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
170 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o
171 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.331).
172 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 832132013-00; FUNDEB de Tomé-**
173 **Açu; Prestação de Contas – 2013; Contas Anuais de Gestão**; Responsável: Antonio Da
174 Silva E Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;
175 Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.342, de 28.03.2017**.
176 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
177 manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao
178 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
179 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela
180 irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao
181 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.332). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
182 **Processo nº 204012013-00; Instituto de Previdência do Município de Cachoeira do**
183 **Arari; Prestação de Contas – 2013**; Responsável: Vânia Maria Figueiredo Cabral; Instrução:
184 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio
185 Leão; **Publicado no DOE nº 33.342, de 28.03.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o
186 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
187 contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
188 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela
189 regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.333). Presidência
190 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 360032012-00; Fundo Municipal de Saúde**
191 **de Itaituba; Prestação de Contas – 2012; Contas Anuais de Gestão**; Responsável: Manoel
192 Cordovil Diniz - 01/01 a 31/03 e Higo Leonardo Lacerda De Souza (01/04 a 31/12); Instrução: 1ª
193 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:
194 Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.342, de 28.03.2017**. Cumprindo
195 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
196 se pela regularidade das contas, com ressalvas e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em**
197 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O



198 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, de ambos os
199 Ordenadores, e aplicação de multas ao Sr. Higo Leonardo de Souza (Acórdão nº 30.334).
200 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1170022012-00; Câmara**
201 **Municipal de Nova Esperança do Piriá; Prestação de Contas – 2012; Contas Anuais de**
202 **Gestão; Responsável: Benedito da Costa Araújo Neto; Instrução 1ª Controladoria; Ministério**
203 **Público; Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;**
204 **Publicado no DOE nº 33.342, de 28.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
205 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas,
206 com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.
207 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
208 contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.335). Presidência do Conselheiro
209 Daniel Lavareda. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: O Conselheiro Presidente, Daniel Lavareda
210 pediu a palavra para: **1.** Anunciar as férias dos Conselheiros Cezar Colares e Sérgio Leão. Deste
211 modo, por disposição regimental, a Conselheira Substituta Adriana Oliveira substituirá o
212 Conselheiro Cezar Colares e a Conselheira Substituta Márcia Costa substituirá o Conselheiro
213 Sérgio Leão; **2.** Informar que nesta data, o Sistema de Processo Eletrônico -SPE, estará em fase
214 de experimentação, tendo em vista que esse já possui o módulo gerencial, e que cada
215 Conselheiro poderá gerenciar online a entrada dos processos de prestação de contas, sem
216 dificuldades, pois já foi testado e aprovado. E que fora constatado que alguns Ordenadores de
217 despesa não respeitam os prazos estabelecidos pelo Tribunal, pois a expectativa era de mil
218 remessas, e no entanto, somente trezentas e cinquenta foram feitas tempestivamente. Os
219 Controladores já estão em alerta para expedir notificações e multas diárias por atraso,
220 aguardando o prazo de trinta dias de atraso, e que após os trinta dias, as providências de
221 tomadas de contas será efetivada; **3.** Comunicou ao Pleno que nos dias vinte e nove e trinta de
222 março de dois mil e dezessete, esteve ausente, pois realizou uma viagem à Brasília, onde
223 participou do Curso de Governança e Gestão, promovido pela ATRICOM e Instituto Rui Barbosa,
224 com o apoio do Tribunal de Contas da União, e do Instituto Serzedelo Correa, este que por sua
225 vez, possui uma infra-estrutura consolidada, que abriga sua Escola de Contas, onde em breve
226 serão ofertados cursos de pós-graduação e Mestrado em Controle Externo; **4.** Fez um resumo
227 sobre a sua audiência com o Senador Eunício Oliveira, possibilitada através do Ministro da
228 Integração Nacional, o Senhor Helder Barbalho. O Senador Eunício Oliveira é autor da PEC. Nº
229 02/2017, que garante a permanência efetiva e constitucional no âmbito do Controle Externo dos
230 Conselheiros dos Tribunais de Contas, o mesmo demonstrou disposição em aprovar a Proposta de
231 Emenda Constitucional. O Senador Eunício entrou em contato com o Senador Jader Barbalho,
232 Relator da PEC Nº 02/2017, que também demonstrou empenho, e que no dia seguinte, pautou a
233 matéria na Sessão Plenária do Senado Federal, com a finalidade de apresentar o seu parecer
234 favorável, mas que por conta de uma outra matéria que levou bastante tempo sendo discutida no
235 Senado Federal, a PEC nº 02/2017 foi retirada de pauta, e transferida para apreciação na próxima
236 semana. **5.** Fez um resumo sobre a sua reunião com os representantes do Pará na bancada



237 federal: Senadores Flexa Ribeiro, Paulo Rocha e mais oito Deputados Federais, onde houve
238 demonstrativo de apoio à PEC Nº 02/2017, por reconhecer a atuação do Tribunal de Contas dos
239 Municípios do Estado do Pará, no campo do Controle Externo, ressaltou ainda, que este
240 reconhecimento político é necessário, e o próximo passo, será sensibilizar a sociedade. **6.**
241 Explanou sobre outro tema discutido durante a sua viagem, que foi a implantação do Conselho
242 Nacional dos Tribunais de Contas, no que foi demonstrado resistência, já que a proposta deste
243 Conselho é similar a de outros Conselhos, comumente chamados de "Sindicatos". E que a
244 proposta é de criação de um Conselho capaz de punir, não com aposentadoria, mas com a
245 destituição de cargo por desvios éticos praticados pelos membros das Cortes, devendo assim,
246 reavaliar inclusive, a composição dos Tribunais. Em seguida, o Conselheiro Antonio José
247 Guimarães, pediu a palavra para solicitar aos seus pares, que seja estabelecido um valor mínimo
248 para emissão de medida cautelar aos Ordenadores de despesas, com a finalidade de dar
249 uniformidade às decisões. Em resposta, o Conselheiro Daniel, se manifestou pela preferência de
250 que tal matéria seja apresentada através de Pré-Julgado, baseado nas decisões já julgadas, e
251 atentando aos seguintes itens: divergências ou intercorrências na execução financeira,
252 divergência de saldo e desvios comprovadamente auditados. Ainda sobre o tema, o Conselheiro
253 Daniel Lavareda, trouxe ao Pleno um exemplo ocorrido no Supremo Tribunal Federal, da análise
254 de um Recurso Extraordinário, de uma decisão do Tribunal de Contas dos Rio Grande do Norte,
255 que determinou uma medida cautelar, bloqueando os bens de uma servidora no intitulado
256 "precatório do Rio Grande do Norte", no valor de cinquenta milhões de reais. Sobre o Recurso
257 Extraordinário, quatro Ministros já se manifestaram, dizendo que o Tribunal possui poder geral de
258 cautela pra esse tipo de decisão. O que a recorrente alegou, é que o Tribunal não possuía
259 competência para emitir tal medida cautelar, tendo em vista que quem julgava as contas era a
260 Câmara Municipal. O Conselheiro Daniel discutiu o tema explicando que as decisões dos Tribunais
261 que não tem efeito de coisa julgada, é só para a questão de ineligibilidade, por tanto, mesmo uma
262 decisão proferida para prefeito municipal, e suas determinações de restituição de valores,
263 reprovação e cópias ao Ministério Público Estadual, a decisão do Tribunal manterá seu prestígio.
264 Outro tema abordado pelo Conselheiro Presidente, foi a reunião com o Ministro Gilmar Mendes,
265 ocorrida em Brasília, com a finalidade de tratar das prestações de contas eleitorais, em que o
266 mesmo solicitou aos Tribunais de Contas, por intermédio do Presidente Valdecy, que o ajudasse a
267 "zerar" as prestações de contas eleitorais, no que foi aceito de bom grado, tendo em vista que é
268 uma boa oportunidade dos Tribunais demonstrarem a excelência do serviço, mesmo com a
269 grande demanda habitual. E no Pará, já há uma pauta que trata do assunto, em que a
270 Conselheira Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Lourdes Lima, irá analisar as
271 prestações de contas eleitorais em conjunto com esta Corte de Contas. **PALAVRA DOS**
272 **CONSELHEIOS e MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão,
273 às doze horas e quinze minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
274 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezesseis de março
275 de dois mil e dezessete.



ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Ata nº 004 da Sessão Extraordinária nº 004,
de 31 de março de 2017.

- 276 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 034/2017, em vinte e cinco de maio de dois mil e
277 dezessete.
278 Visto:

Hilda Maria Zahluth Centeno Normando
Subsecretária

Conselheiro Presidente **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão